



Encontro
da Rede **10^o**
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

COMO SE ACUMULA CAPITAL INDUSTRIAL E FUNDIÁRIO NO NORDESTE SUCROALCOOLEIRO? UM ESTUDO DE CASO

Caterine Soffiati Cabral¹

Patrícia Alves Ramiro²

GT 06: Elites e classes dominantes do campo: estudos sobre poder e dominação no “andar de cima” do mundo rural brasileiro

RESUMO

Esse artigo analisa o processo de ampliação e acumulação de capital, objetivado em patrimônio industrial e fundiário de dois usineiros da Paraíba, fração da elite agrária que esteve à frente do setor sucroalcooleiro na qualidade de proprietários da mesma usina em períodos distintos. Instalada no ano de 1931, no município de Areia, na região do Brejo paraibano, a usina Santa Maria teve sua falência decretada em 1992. Mostraremos, especialmente a partir de pesquisa sociológica baseada em arquivo de certidões de compra e venda de propriedades em nome da usina e dados sobre produção, como a possibilidade de crescimento rápido de seu patrimônio esteve diretamente relacionada às subvenções e políticas governamentais de incentivo ao setor nos anos 1970.

Palavras-chave: usina, Nordeste, patrimônio fundiário.

INTRODUÇÃO

Visando contribuir para o avanço do conhecimento sobre estas elites agrárias no Nordeste do Brasil, esse artigo analisa o processo de ampliação e acumulação de capital, objetivado em patrimônio industrial e fundiária de dois usineiros da Paraíba: Francisco de

¹ Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB), caterinesoffiati@gmail.com. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPQ-2.

²Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB), patriciaalvesramiro@gmail.com

Assis Pereira de Mello e Solon Lyra Lins. Filhos de senhores de engenho da região, essa fração da elite agrária esteve à frente do setor sucroalcooleiro na qualidade de proprietários da mesma usina em períodos distintos. Instalada no ano de 1931, no município de Areia, na região do Brejo paraibano, a usina Santa Maria teve sua falência decretada em 1992. Durante o período de seu funcionamento permanecerá nas mãos da família de seu fundador, Francisco de Assis Pereira de Mello, falecido no ano de 1936, até o ano de 1952, quando é adquirida por Solon de Lyra Lins, que a controlou até o momento da falência.

Para alcançar o objetivo proposto, utilizamos a combinação de diferentes técnicas de pesquisa sociológica, em especial, a arquivística e uso de dados secundários sobre a produção de açúcar e álcool. A pesquisa arquivística, ou como alguns autores das ciências sociais vêm denominando tal prática, a etnografia de arquivo (CUNHA, 2004; COSTA, 2010; SORÁ, 2015) ocorreu no Acervo Documental da Usina Santa Maria que está sendo construído no arquivo central da Universidade Federal da Paraíba³. Segundo estimativa documental, há cerca de dez mil documentos, envolvendo desde a produção até o setor de recursos humanos. Além dos documentos da usina, em especial as certidões de compra e venda de propriedades pela usina, a pesquisa buscou artigos técnicos e estudos científicos do setor açucareiro, além de estatísticas do setor nas revistas “Brasil Açucareiro” e “Anuário Açucareiro”, cujas publicações iniciaram no ano de 1935 sob coordenação do Instituto do Açúcar e do Álcool⁴ (VIAN; CORRENTE, 2007).

Importante destacar que, durante o período inicial do Brasil republicano, as elites agrárias nordestinas, especificamente os produtores de açúcar, enfrentaram um grande processo de transformação no espaço social, com a chegada das modernas fábricas de açúcar, as usinas. A chegada do usineiro gerou transformações na hierarquia social, pois “a usina deu margem ao aparecimento de uma nova figura na paisagem açucareira do Nordeste, a do fornecedor de cana, sucessor do banguzeiro” (ANDRADE, 1986, p. 100). Ressalta-se que um

³ Através de pesquisa de campo na região, em 2019, tivemos acesso a milhares de documentos da usina que estavam abandonados em seu escritório. Esses documentos formam atualmente o Acervo Documental da Usina Santa Maria, que está sob a guarda do projeto de pesquisa, intitulado “Reconfigurações sociais no espaço social do Brejo paraibano no século XXI”. Sobre o projeto, conferir Ramiro (2021), e para mais informações sobre o acervo ver Ramiro e Soffiati (2020).

⁴ O Instituto Nacional do Açúcar e do Álcool (IAA) foi criado pelo Governo Federal, através do Decreto n. 22.789, de 01/06/1933, com o encargo de dirigir e controlar a produção de açúcar e álcool em todo o território nacional (SZMRECSÁNYI, 1979).

senhor-de-engenho se tornar um mero fornecedor de cana para a usina significava, com o passar do tempo, conhecer uma queda na hierarquia social e a perda de seus poderes sociais, políticos e econômicos, pois agora o senhor-de-engenho é escanteado do polo regional mais moderno, a usina (GARCIA JR., 1989; PERRUCCI, 1978).

Cabe destacar que, nem a abolição da escravidão, principal mão-de-obra dos engenhos, trouxe tantos impactos ao mundo das elites agrárias nordestinas como a chegada das usinas, afinal, como abordado amplamente pela literatura, a abolição da escravidão não afetou a estrutura socioeconômica das plantations canavieiras, pois, os engenhos, que durante séculos foram sustentados pelo uso do trabalho escravo, foram preparados para não mais necessitar da escravidão (MELO, 1975; FURTADO, 2005), e seus prejuízos econômicos transferidos para os trabalhadores, em más condições de trabalho e escassez de pagamento (EISENBERG, 1977).

A região do Brejo paraibano

Na Paraíba existem duas regiões canavieiras: a Zona da Mata e o Brejo paraibano. A primeira região é tradicionalmente canvieira, sendo seu processo de ocupação e povoamento relacionados diretamente com a produção açucareira, e local onde surgiram os primeiros engenhos e usinas do estado (MOREIRA, 1990). Em contrapartida, o processo de ocupação e povoamento do Brejo paraibano, pertencente à mesorregião do Agreste, também foi influenciado pela produção açucareira, através da separação do gado da lavoura canvieira na região do litoral, que contribuiu para a ocupação do interior do Nordeste (MOREIRA, TARGINO, 1996; FURTADO, 2005). A figura 1 a seguir mostra o cenário da dispersão das usinas conforme produto fabricado no Estado da Paraíba no final dos anos 1930:

produziam rapadura e aguardente para o mercado local (MOREIRA, 1990). Em relação ao senhor-de-engenho do Brejo, Almeida (1980, p.150) conta que, “o senhor de engenho quase não se distinguia dos cabras do eito, face ao grotesco de sua postura. Andava descalço, camisa por fora das calças aos berros com a cabroeira, já acostumada aos destampatórios intempestivos daquela saudação diária”⁵.

As práticas dos usineiros na acumulação do patrimônio industrial

A Usina Santa Maria foi formada em 1931, momento histórico nada propício para expansão de usinas no país⁶, a partir da junção de três engenhos: Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho, que pertenciam a Francisco de Assis P. de Mello. É notória a baixa produção açucareira em seus anos iniciais em relação a outras usinas. Em sua primeira safra, em 1931/1932, a Usina Santa Maria produziu 5.400 sacos de açúcar de 60 quilos. Para se dar uma dimensão comparativa, na mesma safra, a usina paraibana São João, localizada na Zona da Mata, produziu 327.310 sacos, uma produção cerca de sessenta vezes superior à da Santa Maria.

De acordo com o jornal “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, de 1928, Francisco de Assis P. de Mello teve os seus cafezais dizimados pela praga conhecida popularmente como vermelho e, então, realizou a substituição dos cafezais pelos canaviais. Assim podemos entender o retorno da atividade canvieira como uma estratégia para escapar da crise na região⁷, sendo escolhida uma cultura que já se sabia como manejar, pois como ressaltou Moreira (1990), a atividade canvieira de forma dominante ou complementar sempre esteve presente nas combinações agrícolas no Brejo paraibano. Nesse sentido, instalar uma usina de

⁵ O autor complementa que, apesar de rústico, o senhor-de-engenho brejeiro não desprezava a educação, quando as condições permitiam pelo menos um filho “havia de tirar o pé da lama para se encaminhar aos estudos, de preferência no seminário em Olinda. Não foram poucos os que seguiram para as faculdades do Recife e do Rio de Janeiro, alguns até para a Europa” (ALMEIDA, 1980, p.150 e 151).

⁶ De acordo com o economista Tamás Szmeccsányi (1979), no início dos anos 30, o setor açucareiro nacional enfrentava um período de grande vulnerabilidade, o nível de produção de açúcar continuava a crescer, mas a comercialização não permitia a venda para o mercado externo devido à crise de 1929 em seguida ao crash da bolsa de Nova York. No mercado interno o consumo estava em declínio. Nesse contexto Andrade (1986, p.95) relata que, “a crise, com a consequente queda do preço do açúcar que se iniciou em 1923 e atingiu o auge em 1930, teve suas consequências sobre a indústria estendidas até 1940, fazendo com que muitas usinas e muitos bangues fechassem as suas portas, apagassem seus fogos”. Inclusive no caso paraibano, Osório de Andrade (1997) pontua que na Zona da Mata existiam quatro usinas em 1920, que foram reduzidas a duas em 1925.

⁷ Ainda que não saibamos quais os contatos e relações que viabilizaram a criação da usina naquele momento inoportuno. O tema será analisado na tese de doutorado de Soffiati em construção.

açúcar nesse cenário de reordenamento do espaço social pode se relacionar como uma tentativa de manter ou elevar a posição e prestígios sociais.

Considerando esse cenário de crise, devemos lembrar que a instalação de uma usina necessitava um grande investimento de capital e, como destacou Perruci (1978), diversas usinas foram construídas a partir de empréstimos do governo. No caso da Usina Santa Maria ainda não sabemos a origem do seu capital inicial, mas a pesquisa arquivística⁸ nos mostrou que o Ministro da Fazenda concedeu isenção de impostos para o material importado por Francisco de Assis P. de Mello em 1932, cobrando apenas uma taxa de 5%.

Ainda durante o controle da família Pereira de Mello, em 1950, temos o registro⁹ da viúva do Francisco de Assis, Consórcia Caledonia, sendo aprovada no financiamento do IAA para o reequipamento industrial, no valor de Cr\$ 1.000.000,00, com juros de 7% ao ano. No controle dessa família, de 1931 a 1951, a usina produziu em média 10.910 sacos de açúcar por safra, o que representava apenas cerca de 4% da produção paraibana.

Foi durante o comando do Solon Lyra Lins, de 1952 a 1992, que a usina aumentou sua produção e expandiu seu parque industrial. Após 10 anos da usina sob o controle do Solon Lins, na safra de 1961/1962, a usina produziu 76.656 sacos de açúcar, o que representa um aumento de cerca de 258% em relação à maior produção de açúcar durante a gestão da família Pereira de Mello, que foi na safra de 1945/46. Na pesquisa arquivística detectamos que a Usina Santa Maria obteve acesso a créditos de equipamento agrícola¹⁰ em 1953 e, em 1963, acesso ao financiamento para o reaparelhamento industrial¹¹. Em nenhum dos dois registros encontramos mais informações sobre os valores e taxas de juros, mas eles nos mostram a relação de expansão do parque industrial com os financiamentos do Estado. Mas, foi a partir de 1975, especificamente após o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que o parque industrial da Usina Santa Maria atingiu dimensões inalcançadas até então. O Proálcool foi instituído pelo decreto n. 76.593, em 14 de novembro de 1975, tendo o objetivo de, segundo a Exposição de Motivos e Conjunta, “expandir rapidamente a produção do [álcool] e viabilizar o seu uso progressivo como combustível, através de crescentes proporções de mistura, e como matéria-prima para a indústria química, além de assegurar o [seu] fornecimento para

⁸ Jornal "Diário da Noite", do Rio de Janeiro, de 1932.

⁹ Revista "Brasil Açucareiro" de 1950.

¹⁰ Jornal "O Norte", da Paraíba, de 1953.

¹¹ Revista "Brasil Açucareiro" de 1964.

outros usos” (apud SZMRECSÁNYI, 1979, p.436). Os autores Aragão e Pakman (1991) explicam que, a partir de 1975, ocorre uma retração na demanda internacional de açúcar e, no mesmo período, a crise do petróleo impactava negativamente na economia do país, assim, esses dois fatores foram essenciais para a implementação do Proálcool que, de um lado, salvava a indústria sucroalcooleira da crise e, de outro, criava o álcool como alternativa para abastecer os veículos automotores.

De acordo com a pesquisa documental, segundo a Comissão Nacional do Álcool, temos que a Usina Santa Maria foi enquadrada no Proálcool em janeiro de 1976. Com o Proálcool, o objetivo de expandir rapidamente a produção de álcool do país ocorreu “através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produtividade agrícola, de modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas” (SZMRECSÁNYI, 1979, p.438). Nesse contexto, em 1978, é inaugurada a destilaria anexa da Usina Santa Maria, intitulada de Santa Maria, como identificado no n. 29/78, publicado pelo IAA no dia três de agosto de 1978. Para termos ideia do crescimento produtivo da usina, na safra de 1970/71 a usina produziu 101.100 sacos de açúcar e na safra de 1978/79, após o Proálcool, a produção foi de 438.000 sacos de açúcar, o que representa um aumento de cerca de 333%. Na safra de 1982/83 a usina registrou um novo aumento, produzindo 618.777 sacos de açúcar, que foi a maior produção de açúcar da sua história. Na mesma safra, a usina esmagou a maior quantidade de cana da sua história, moendo um total de 456.016 toneladas, desse total, 88% foram destinados à produção de açúcar.

Considerando o contexto do Proálcool, as vantagens oferecidas para a fabricação do produto e o cenário economicamente favorável para a sua comercialização, inclusive sendo carros movidos a álcool fabricados no país, a Usina Santa Maria continuou a concentrar sua atividade produtiva no açúcar. Sua produção alcooleira era praticamente irrisória, a maior produção de álcool da usina ocorreu na safra de 1986/1987 sendo produzidos 12.483 litros de álcool, quantidade que representava cerca de 0,56% do álcool nordestino e 0,11% do álcool brasileiro (UNICA).

A prática do usineiro, Solon Lins, em continuar centralizando as atividades da usina na produção de açúcar após o Proálcool evidencia um descompasso do *habitus* do usineiro e as exigências da estrutura econômica. Tal descompasso também é perceptível quando

analisamos a aquisição de terras da usina ao longo dos anos, que será abordado no próximo tópico.

As práticas dos usineiros na acumulação do patrimônio fundiário

Em 1957, o geógrafo Manuel Correia de Andrade, acompanhado de um grupo de pesquisadores, realizou uma expedição pelas usinas localizadas no vale do Rio Mamanguape e, entre elas, estava a Usina Santa Maria, visitada no dia 18 de agosto daquele ano. A partir de sua pesquisa, Andrade (1997) constatou que a Usina Santa Maria iniciou sua expansão territorial após 1952, quando foi adquirida por Solon Lyra Lins, que já era proprietário dos engenhos Cantinhos, Rio do Braz e Tabocal, os quais, somando com os hectares dos três engenhos, Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho, onde ficava o parque industrial, totalizavam mais de mil hectares. Sendo assim, além de expandir a quantidade de terras, a compra da usina permitiu a expansão da usina para além do município de Areia, pois as propriedades de Solon Lins eram localizadas no município vizinho, Pilões. Portanto, temos que o primeiro movimento de expansão da usina ocorreu com a utilização de terras que pertenciam previamente ao novo proprietário.

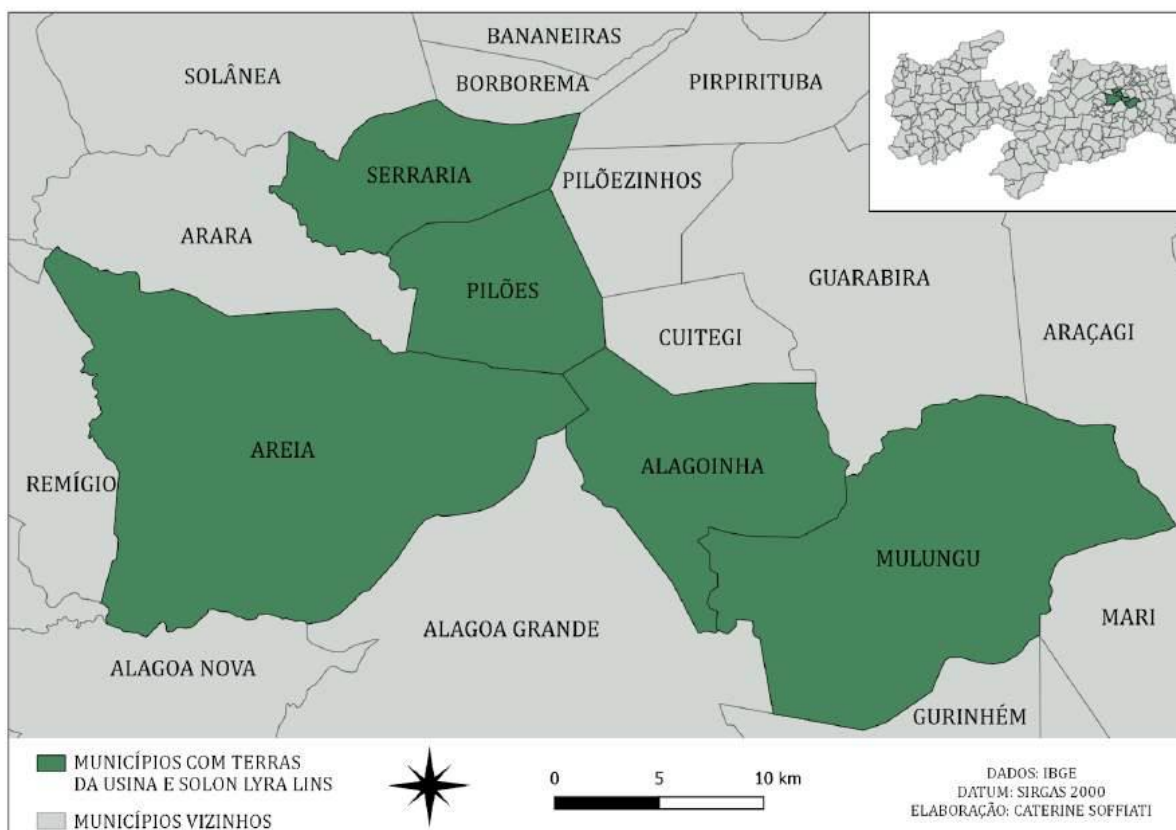
Através do acesso às certidões de propriedades e escrituras de compra e venda da usina, constatamos que, durante a década de 1960, a usina realizou suas primeiras compras de novas propriedades. Durante essa década foram adquiridos cerca de 850 hectares, distribuídos em 4 propriedades, localizadas nos municípios de Areia, Pilões e Mulungu. A década de 1970 é marcada pelo maior registro de quantidade de propriedades e hectares comprados pela Usina Santa Maria, sendo 20 propriedades adquiridas, totalizando 2.780,29 hectares, o que representa cerca de 51% do total das terras adquiridas ao longo dos cerca de sessenta anos de funcionamento da usina, uma cifra considerável. Cabe destacar que esse avanço territorial é, em sua maioria, sobre terras previamente ocupadas por engenhos, como já percebido por Garcia Jr. (1989) durante sua pesquisa de campo na região na década de 1970. O autor constatou que nesse período a concorrência entre engenho e usina por terras havia grandemente se acentuado (GARCIA JR., 1989, capítulo 5), fato que os documentos se encarregaram de corroborar. Desse modo, tal década, além de ser um marco de declínio dos senhores-de-engenho, reduzidos a fornecedores, também é marcada por uma outra forma de

declínio dos senhores-de-engenho, a venda de suas próprias terras para a usina forçando a busca de reconversão para outras atividades.

A análise espacial das propriedades adquiridas e vendidas pela usina, mostram que a expansão inicial na década de 1970 evidencia que os primeiros engenhos a sofrerem a cobiça por terras por parte da usina foram os que estavam localizados próximos à sede da mesma e de suas instalações industriais. O que sugere que essa acumulação patrimonial também tinha por objetivo reduzir os custos do transporte de cana até os locais de seu esmagamento. Mas tal situação é alterada após 1975. De 1976 a 1978, temos o auge de expansão territorial da Usina Santa Maria, nesses três anos a usina adquiriu 1.835,84 hectares, o que representa cerca de 33,70% das terras da usina adquiridas ao longo de sua história, e 16 propriedades que são, aproximadamente, 47,06% do total de propriedades adquiridas desde sua instalação até sua falência, o que significa que, naquele curto período de tempo, a usina adquiriu quase metade de suas propriedades.

Diferente da primeira parte da década de 70, marcada por uma expansão para terras vizinhas, os últimos anos da década de 70, além das terras vizinhas, as propriedades adquiridas alcançaram também terras mais distantes, estendendo o domínio da usina para o município de Serraria, distante um pouco mais de 30 quilômetros do município de Areia, sede da usina. Os dados desse período de expansão fundiária da Usina Santa Maria expressam que, naquele período, a usina adquiriu mais terras, em locais mais distantes e propriedades menores (conferir figura 2). De 1976 a 1978, as propriedades adquiridas possuíam em média 114 hectares, um tamanho cerca de 51% inferior às propriedades adquiridas de 1971 a 1975. Tal fato, demonstra que no período auge de expansão, se amplia a área de concorrência de terras entre engenho e usina, e que, até pequenas propriedades, que não necessariamente eram do interesse da usina, entram na disputa.

Figura 2: Municípios com propriedades produtivas da Usina Santa Maria e de Solon Lyra Lins



Como vimos no tópico anterior, o financiamento do Proálcool era destinado ao setor industrial, mais especificamente à montagem de destilarias, e não ao setor agrícola, mas justamente nesse período de modernização imposta às usinas a fim de aumentar a produção alcooleira nacional, a Usina Santa Maria teve seu maior registro de compra de propriedades. Nesse cenário podemos supor que tal aquisição de terras poderia ser utilizada para aumentar a quantidade de cana própria esmagada pela usina, e assim aumentar a produção, mas, de acordo com os dados temos, no final dos anos 70, a quantidade de cana moída provinda da própria usina, ao invés de aumentar, diminuiu em relação à safra de 1974/75, chegando a usina a moer na safra de 1978/79 o total de 16.598 toneladas de cana própria, total que se aproxima do que a usina moeu na safra de 1956/57, quando a mesma possuía uma quantidade extremamente inferior de hectares. Ora, se as terras adquiridas não contribuíram com a produção da usina, o que justificaria tal investimento?

Sobre essa questão, temos duas hipóteses. De acordo com Graziano da Silva (1982) a terra além de ser uma reserva de valor também permite o acesso a outras riquezas, como os créditos rurais e incentivos fiscais (apud PALMEIRA, 1989). Borges (1985) descreve que no

Brasil a maioria dos créditos rurais são alicerçados mediante garantia real, que são aquelas que vinculam um bem ao acordo realizado, se materializando por exemplo em hipotecas (para bens imóveis) e penhores (para bens móveis). Foram encontrados registros de 19 propriedades em nome da usina, ou em nome do próprio Solon Lins, hipotecadas ao Banco do Brasil ou Banco Itaú. Destaca-se que os primeiros registros de hipotecas encontrados foram a partir de 1978, ano em que a usina realizou a operação de crédito do Proálcool com o Banco do Brasil. Desse modo, podemos considerar que o aumento na aquisição de terras a partir de 1976 se relaciona com o enquadramento da Usina Santa Maria no Proálcool, pois a partir desse momento a terra seria necessária como garantia real para as operações de créditos realizadas em 1978, justificando o auge de expansão de terras de 1976 a 1978, inclusive das nove propriedades hipotecadas para o Proálcool, seis foram compradas após 1975.

Em contrapartida, seria um equívoco associar a compra de terras somente a razões econômicas e, sendo assim, eis nossa segunda hipótese. Considerando que uma propriedade hipotecada continua na posse de seu proprietário, o mesmo além de detentor das vantagens econômicas da terra detém também o poder social a ela atrelado. Nesse cenário de reordenamento agrário a aquisição de terras por parte do usineiro também pode significar uma estratégia de manutenção ou elevação do poder social local, mostrando sua superioridade frente aos senhores-de-engenho e ao mesmo tempo aumentando a sua clientela de moradores¹², pois as terras compradas pela usina já possuíam casas para moradores, das quinze propriedades compradas de 1976 a 1978, oito possuem na descrição das benfeitorias a quantidade de casas, que juntas totalizavam cerca de 134 casas para moradores. Dessa forma, a acumulação de terras poderia dar acesso à riqueza materializada em recursos monetários obtidos através de empréstimos vinculados a taxas de juros negativas e, igualmente, à ampliação do poder tradicional obtido com clientela de dependentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no desenrolar deste artigo, o Estado teve um papel central na expansão do parque industrial da Usina Santa Maria, principalmente após o Proálcool. Os resultados

¹² O termo *moradores* na região Nordeste é uma categoria que se refere à uma determinada condição de sujeição a que se submete o trabalhador após o ato de “pedir morada”, na qual está implícita a contrapartida, não apenas do trabalho, mas da lealdade ao patrão. Sobre a categoria ver, especialmente, Palmeira (2009) e Garcia Jr. (1989).

obtidos até o momento, nos fazem reafirmar as contestações de Garcia Jr. (1989, p.227), de que a reprodução das condições sociais de produção da Usina Santa Maria ocorreu através do Estado “servindo de instrumento de conservação/reconversão de uma fração da classe dominante”. Conforme Guilherme Delgado (1985) já constatou, e essa pesquisa empiricamente situada reforça, a política de créditos constitui o principal mecanismo do Estado com os interesses agroindustriais, ou seja, o uso do aparato estatal em prol das elites agrárias nacionais.

Todavia, nesse caso, mesmo com o acesso a tais investimentos, a Usina Santa Maria durante seu período de funcionamento continuou a ocupar um local periférico, tanto na produção de açúcar, como na de álcool, optando por adquirir mais terras. A própria localização subalterna no setor, tanto regional quanto nacional, somadas às características sociais da elite brejeira, nos mostra que ainda que os dois usineiros e suas famílias possuíssem as disposições necessárias para acessar os investimentos, o mesmo não ocorreu para administrá-los. Nos anos 1990, a usina Santa Maria não foi a única a fechar suas portas no Nordeste (cf. ROSA, 2011; SIGAUD; L’ESTOÏLE, 2001), mas é dos poucos casos em que, de fato, a família do proprietário se encontra falida e sem condições de reconversão para outro setor ou mesmo remanejamento da agroindústria para outras localidades do país, como o fizeram outros usineiros da região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia: memórias de um município*. 2. ed., João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *O rio Paraíba do Norte*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O rio Mamanguape*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; PAKMAN, Elbio Troccoli. O PROÁLCOOL e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Economia*, Campina Grande, n. 8, p. 113-114, 1991.

BORGES, Marcos Afonso. CRÉDITO RURAL. ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRODUTIVIDADE. *Revista da Faculdade de Direito da UFG, Goiânia*, v. 9, n. 1-2, p. 9-20, 1985.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente. *Matrizes*, Ano 3 – no 2, p. 171-186, jan./jul. 2010.

CUNHA, Olívia. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *MANA*, 10(2), p. 287-322, 2004.

EISENBERG, Peter L.. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. 32ª ed. Brasília, DF: Companhia Editorial Nacional, 2005.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. – São Paulo, SP: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

MOREIRA, Emília. Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano. Textos UFPB /NDIHR No 24 set/1990. Disponível em: http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html . Acesso em: 24 de jun. de 2022.

MELO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

MELO, Mário Lacerda de. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Recife: Cepe, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária- UFPB, 1996.

PALMEIRA, M.. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional, in: WELCH, C. A. et. al.(org..). *Camponeses brasileiros*, São Paulo/ Distrito Federal: Editora UNESP/ NEAD, p. 203-215, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, 3(7), 87-108, 1989.

PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do nordeste 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RAMIRO, Patrícia Alves. Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America. *Sociologias* (UFRGS.IMPRESSO), v. 23, p. 460-466, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/htK3FgTx8MWtJtb4Xgy7N8g/abstract/?lang=en> Acessado em:21/06/2023.

RAMIRO, Patrícia Alves; SOFFIATI, Caterine. Arquivos de etnografias & etnografia de arquivo: discussões iniciais a partir da construção do arquivo da agroindústria açucareira na Paraíba. In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, online. Grupo de Trabalho 31: Objetos, coleções, heranças e memórias. online: *Anais*, 2020. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJRRF9BUlFVSZPljtzOjQ6IjQ0ODQiO30iO3M6MTToiaCI7czozMjoiNDNmOThIMDE3NTJiMjQ5Mjk1NzEzNzljNzljNDJhOTUiO30%3D>. Acessado em 21/06/2023.

ROSA, M. *O engenho dos movimentos sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SIGAUD, L. ; L'ESTOILE, B. de (orgs.), Occupations de terres et transformations sociales, *Cahiers du Brésil Contemporain*, nº 43/44, 2001.

SORÁ, Gustavo. Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América latina. *Fontes*, no 3, p. 15-28, 2015.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil: (1930-1975)*. Série Teses e Pesquisas. Hucitec – Unicamp: Campinas, 1979.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; CORRENTE, Katty. Meios de Difusão de Informações Setoriais no Complexo Agroindustrial Canavieiro Nacional: Um Estudo Prospectivo e uma Agenda de Pesquisa. Heera: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, vol. 12, n. 2, 2007.